

Quinta-Feira, 04 de Junho de 2026

Fundo eleitoral: União envia R\$ 4,9 bi ao TSE; veja a divisão entre partidos

Na última segunda-feira (1º), a União, por meio do Tesouro Nacional, depositou na conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a bagatela de R\$ 4,9 bilhões. O depósito cumpre exigência legal e é relativo ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o chamado "fundão eleitoral". É recurso do bolso do contribuinte que vai para os partidos políticos bancarem os seus candidatos na eleição de 2026.

Quando foi instituído, em 2017, o fundão tinha o objetivo de substituir o dinheiro das empresas, proibido naquele ano pelo Supremo, por uma fonte pública e fiscalizável.

A promessa era sanear as campanhas. Desde então, o instrumento virou a principal fonte de custeio eleitoral do país e não parou de crescer.

Detalhe: os valores atuais, quase R\$ 5 bilhões, fazem deste o maior fundão eleitoral da história, bancado pelo contribuinte.

PP+ União -	953.620.919,36
PL -	886.725.429,92
PT + PC do B + PV -	720.770.657,45
PSD -	420.857.512,16
MDB -	404.489.211,61
REPUBLICANOS -	343.787.463,41
PODEMOS -	236.546.842,13
PDT -	173.848.450,45
PSOL + REDE -	162.566.198,88

SOLIDARIEDADE + PRD -	160.235.711,95
PSDB -	147.836.274,74
PSB -	147.523.622,93
AVANTE -	72.471.240,85
CIDADANIA -	60.143.809,94
NOVO -	37.019.632,68
AGIR	3.307.679,85
DC -	3.307.679,85
MISSÃO -	3.307.679,85
MOBILIZA -	3.307.679,85
PMB -	3.307.679,85
PCB -	3.307.679,85
PCO -	3.307.679,85
PRTB -	3.307.679,85

PSTU - 3.307.679,85

UP - 3.307.679,85

Excesso de dinheiro público

Os números denunciam a escalada. O governo propôs R\$ 1 bilhão para 2026. O Congresso multiplicou a cifra por cinco. Entretanto, o discurso da austeridade segue intacto nos mesmos plenários.

Somada ao Fundo Partidário, estimado em R\$ 1,4 bilhão, a cifra revela o que poucos brasileiros sabem: os partidos devem receber neste ano R\$ 6,3 bilhões em dinheiro público.

R\$ 6,3 bilhões

É a quantia em dinheiro público que os partidos devem receber em 2026

Quem leva a maior fatia

A divisão não é igualitária. A lei garante que não seja. Quase metade do fundo é repartida pelo número de cadeiras na Câmara.

A divisão oficial do fundo será divulgada no próximo dia 16 de junho, conforme a previsão legal. Entretanto, de acordo com um estudo divulgado pela Fundação 1º de Maio, ligada ao partido Solidariedade, o Partido Liberal (PL) deve liderar com R\$ 886,7 milhões, quase 18% do total. Ele só perde o posto com a soma de União Brasil e PP, que formam agora a Federação União Progressista: R\$ 953 milhões.

O PT (PT) aparece em seguida, com R\$ 619,7 milhões. Como o partido integra uma federação com PCdoB e PV, o valor a ser recebido salta para R\$ 720 milhões.

A lista segue com PSD (R\$ 420 mi), MDB (R\$ 404 mi), Republicanos (R\$ 343 mi) e Podemos (R\$ 236 mi).

Escrito por

Inácio Aguiar